

Ata da 245ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida na modalidade virtual, no período de 28 a 31 de outubro de 2021, Gestão 2020-2023 – Melhor ir a luta com raça e classe em defesa do Serviço Social.

1 Nos dias vinte e oito a trinta e um de outubro de dois mil e vinte e um, reuniram-se
2 virtualmente por meio de plataforma institucional do CFESS de forma excepcional devido ao
3 contexto das medidas sanitárias para contenção da Pandemia do COVID-19, as conselheiras
4 constantes da lista de presença em livro próprio, para participarem da 245ª Reunião Ordinária
5 do Conselho Pleno, conforme convocação, por meio da Comunicação Interna Cfess nº 39, de
6 13 de outubro de 2021. Participaram da reunião as Conselheiras Maria Elizabeth Santana
7 Borges (Conselheira Presidente); Maria Rocha (Conselheira Vice presidente); Kelly Melatti
8 (Conselheira 1ª Tesoureira); Francielli Borsato (Conselheira 2ª Tesoureira); Lylia Rojas
9 (Membra do Conselho Fiscal); Alessandra Dias (Membra do Conselho Fiscal); Priscilla
10 Cordeiro (Membra do Conselho Fiscal); Elaine Pelaez (Conselheira 1ª Suplente); Carla
11 Pereira (Conselheira 2ª Suplente); Dilma Franclin (Conselheira 5ª Suplente); Emilly Tenório
12 (Conselheira 6ª Suplente); Ruth Bittencourt (Conselheira 7ª Suplente). Cumpre informar, sem
13 prejuízo de participação nos demais dias, Dácia Cristina Teles Costa (Conselheira 1ª
14 Secretária) por compromisso pessoal previamente assumido na tarde de sábado dia 30 e
15 domingo 31; Kênia Figueiredo (Conselheira 9ª Suplente) por representação do Cfess na noite
16 do dia 29; e Mauricléia Soares dos Santos (Conselheira 3ª Suplente) justificou ausências por
17 motivos particulares e Eunice Damasceno (Conselheira 8ª Suplente) justificou ausências por
18 motivo de licença saúde. Também estavam presentes as Assessoras Especiais Adriane
19 Tomazelli, Cristina Abreu e Zenite Bogéa e a coordenadora executiva Sandra Sempé. As
20 assessoras Jurídicas Erika Medeiros, Sylvia Helena Terra; o assessor jurídico Vitor Alencar e
21 o assessor de comunicação Rafael Werkena participaram nos dias 28, 29 e 30. A conselheira
22 presidente deu as boas vindas a todos/as os/as presentes (conselheiras/o e assessorias) e
23 realizou a leitura da pauta, para apreciação coletiva, que foi aprovada. Em seguida foi
24 comunicado que a Ata de setembro seria lida e aprovada no pleno do mês de novembro de
25 dois mil e vinte e um. Dando sequência ao Conselho Pleno foram abertos os informes acerca
26 de dois assuntos: 1) “Conselhão” e 2) Reunião Extraordinária da Comissão de Recursos
27 Humanos e Relações de trabalho (CIRHRT) do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Quanto
28 ao primeiro informe foram apresentados os debates do Conselhão referente a: documento de
29 identificação civil; normativas do TCU; comunicado do Arquivo Nacional sobre orientações
30 aos Conselhos Federais de profissão; obrigatoriedade da apresentação das declarações do
31 Imposto de Renda de conselheiros/as e funcionários/as dos Conselhos de Profissão; retorno as
32 reuniões presenciais do Fórum. Quanto ao segundo informe: à Comissão de Recursos
33 Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) foi dado
34 informe sobre a realização do Seminário Internacional “Proteção do trabalho como estratégia
35 para a saúde como bem comum: democracia e defesa do SUS para todas as pessoas”, entre os
36 dias quinze de novembro a dezessete de novembro de dois mil e vinte e um e da participação
37 da Conselheira Ruth Bitencourt na abertura oficial e mesa magna e em duas oficinas do
38 referido evento. Na sequência foi aberto debate sobre as pautas intercomissões. Inicialmente
39 dado informe sobre a atividade prevista sobre a Legalização do aborto, com apresentação de
40 proposta de trabalho e realizadas ponderações que deverão ser trabalhados pelo Grupo de
41 Trabalho, composto pelas Comissão de ética e direitos humanos; Comissão de Orientação e
42 Fiscalização; e Seguridade Social, com planejamento da atividade para o ano de dois mil e
43 vinte e dois. Dando continuidade, foi aberta pauta referente ao estágio de pós graduação.
44 Realizado informe sobre a reunião com os Cress, realizada em oito de outubro de dois mil e

45 vinte e um, quando foram apresentadas as informações obtidas pelos Cress e pelos Editais de
46 seleção. Percebeu-se que essa modalidade de “estágio” ainda não está presente em todos os
47 estados, porém é algo que tende a se expandir diante da atual conjuntura de flexibilização e
48 precarização das relações de trabalho. Foi realizada também reunião com Abepss, no dia
49 dezoito de outubro de dois mil e vinte e um. Após debate sobre o entendimento acerca do
50 assunto na interlocução com os Cress e Abepss, as representantes do Cfess, se manifestaram
51 expressando o entendimento de que: embora o estágio de pós graduação se apresente como
52 precarização do trabalho profissional, o exercício de atribuições privativas exige a inscrição
53 nos Cress, independentemente da nomenclatura do cargo e, nesse sentido, possibilita aos
54 Cress exercer a ação fiscalizadora. Deliberado como encaminhamentos: elaborar documento
55 conjunto sobre a posição do Conjunto Cfess-Cress e Abepss: concepção de estágio e trabalho.
56 Proposta de reunião dia dezessete de novembro, serão convidadas ainda as entidades da
57 psicologia. Estarão na reunião pela Cofi: Cristina, Érika, Carla e Maria. Outro assunto tratado
58 foi a Live da série “Diálogos do cotidiano”, que teria como tema as condições de trabalho e
59 projetos que tramitam no Congresso acerca da profissão, atribuições dos Conselhos
60 profissionais e dos sindicatos. A live teve que ser adiada e no momento constatou-se
61 dificuldade de agenda para remarcar a atividade. O Grupo de Trabalho responsável se reunirá
62 para fazer uma nova proposta de organização, após o retorno de férias da assessora Cristina
63 Abreu, em dezesseis de novembro de dois mil e vinte e um. A assessoria de comunicação
64 propôs que a Comissão de Comunicação possa tratar do tema em outros formatos, como
65 entrevistas, cards e animação, por exemplo. A ação foi aprovada e contara com a contribuição
66 das conselheiras Elizabeth, Lylia e a assessora Cristina Abreu. Por fim, fechando a pauta
67 intercomissões, foi apresentada a proposta do Grupo de Trabalho acessibilidade, que tem
68 reunião agendada para dia onze de novembro de dois mil e vinte e um. Primeira reunião terá
69 como objetivo retomar as deliberações sobre o tema e firmar compromisso com um
70 cronograma das ações para dois mil e vinte e dois, contará com a participação da assessoria de
71 comunicação. Conselheiras responsáveis Dácia e Lylia. Aberta a palavra para a coordenadora
72 da Comissão de Formação Profissional e Relações Internacionais. Que realizou informes
73 sobre o “Fórum Nacional de Formação e Trabalho com qualidade em Serviço Social” acerca
74 do planejamento do 2º Encontro com os Fóruns regionais. Verificou-se que a data proposta
75 para a atividade coincide com o Seminário das Infâncias e Juventudes; será dialogada na
76 coordenação para agendar outra data. Proposta de discussão sobre Trabalho e Formação
77 Profissional. Outro informe foi em relação ao tema da residência multiprofissional em saúde.
78 Enfrentamento em relação à nova composição da CNRMS. Discussão ente Abepss e Cfess
79 sobre o tema. Perspectiva de organizar o 2º Encontro de Residência e Serviço Social e rodas
80 de conversas regionais. Além de proposta de debate em plenária simultânea no Cbas. No que
81 se refere ao eixo das Relações internacionais, a coordenadora realizou informe sobre o texto
82 do Cfess nas relações internacionais para lançamento em formato virtual e possibilidade de
83 traduzir para o espanhol, além da possibilidade de publicizar no site da Fits. Apontada ainda
84 necessidade de debater a forma de apresentar o tema aos Cress. Outro tema tratado foi a
85 organização do Seminário latino-americano previsto para dois mil e vinte e dois. O Seminário
86 terá como tema central: Enfoque nos Direitos Humanos com o viés na questão indígena. O
87 Grupo de Trabalho é composto por Joaquina, Tania, Esther e Cristina. Apresentado ainda
88 informe sobre o Encontro de Porto Rico, no qual o Cfess foi convidado para discutir as
89 questões de regulamentação da profissão. Formado Grupo de Trabalho com a participação de
90 Elizabeth Borges, Maurilio Matos, Sylvia Terra e Esther Lemos. Encerrada a pauta do dia. No
91 dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e um, presentes na reunião as mesmas
92 conselheiras, trabalhadores, assessores supracitados e ainda o assessor de comunicação Diogo
93 Adjuto, o assessor de Gestão Documental Rodrigo Nogueira e o assessor contábil Vilmar

94 Medeiros. A reunião teve início com apresentação realizada pela coordenadora da Comissão
95 de Comunicação acerca da **Agenda de dois mil e vinte e dois**, que já foi finalizada e enviada
96 para a gráfica, com previsão de ser enviada a todos os Cress no início de dezembro deste ano.
97 Deliberado ainda encomenda de agenda vindo de Moçambique. Em seguida, apresentou o
98 resultado da primeira etapa da pesquisa da comunicação no conjunto Cfess Cress, realizado
99 pelo assessor de comunicação Rafael Werkema, pesquisadores Marcos Paulo e Claudiana
100 Tavares. Durante o debate foi destacado a necessidade de implementar estratégias de
101 interação nas redes sociais; diálogo com influencers; inserção de destaque do banner;
102 importância do material impresso; tentar utilizar a emissão de certificados nos eventos, para
103 propiciar maior participação da categoria. Com a consultoria e os resultados da pesquisa se
104 pretende iniciar a interação nas redes sociais e o amadurecimento das estratégias para
105 aumentar o diálogo com a categoria e ampliar o número de seguidores/as. Por fim, a
106 Comissão de Comunicação realizou informes sobre a Campanha de Gestão. O Grupo de
107 Trabalho se reunirá em doze de novembro de dois mil e vinte e um às dezessete horas e a
108 reunião com os Cress no dia vinte e cinco de novembro para apresentação do briefing e iniciar
109 a produção de materiais. O lançamento da Campanha está previsto para dia vinte e cinco de
110 novembro de dois mil e um. Dando continuidade à reunião foi passada a palavra a
111 coordenadora da Comissão administrativa financeira que abordou questões referentes a
112 Política de Gestão Documental (PDGD) em conjunto com o assessor da área. 1) Finalização
113 do texto da PDGD - regionais tiveram dois meses para avaliação do texto e contribuições. A
114 CPAD avaliou o conteúdo e enviará as devidas respostas. Assim, não houve mudanças no
115 texto final; 2) Indicação sobre a dissolução do GT Nacional por região (Grupo de Trabalho de
116 Nacional com participação dos Regionais para compartilhamento de informações e de
117 experiências); 3) Proposta de criação do grupo de WhatsApp com vistas ao diálogo sobre GD;
118 4) Envio do texto da PDGD a todos/as do Cfess para leitura e apropriação do conteúdo; 5)
119 Marcação de reunião com os regionais para comunicação do início da vigência, comunicação
120 da dissolução do GT por região, proposição de cronograma e diretrizes prioritárias; 6)
121 Prorrogação do relatório da Portaria 398 por mais 12 meses. Após a apresentação ficou
122 deliberado a dissolução do GT Nacional por região (Grupo de Trabalho de Nacional com
123 participação dos Regionais para compartilhamento de informações e de experiências) e a
124 criação do grupo de WhatsApp com vistas ao diálogo sobre GD. Além do encaminhamento
125 para que a CPAD do Cfess faça uma apresentação no próximo Encontro Nacional sobre a
126 Política de Gestão Documental. Na sequência foi passada a palavra para o assessor jurídico
127 Vitor Alencar para apresentação da Manifestação Jurídica nº62/2021 – Assunto: Recurso
128 Administrativo apresentado pela OSCIP Grupo de Solução em Gestão, que teve seu pedido de
129 inscrição como pessoa jurídica indeferida pelo Cress/RS. A recorrente alega que no seu
130 estatuto existem entre as finalidades itens relacionados ao serviço social, que a ausência de
131 inscrição no Cress inviabiliza a participação em projetos e licitações, que possui assistentes
132 sociais em seus quadros, que atua em programas sociais e que conseguiu a inscrição em
133 conselhos profissionais de outras profissões (Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia
134 Ocupacional, Nutrição, Psicologia e Medicina). Assim, requer o provimento do recurso para
135 reformar a decisão do Cress/RS, concedendo a inscrição. A manifestação jurídica confirma
136 decisão do Cress/RS visto que foi devidamente motivada e possui respaldo jurídico-
137 normativo. Indicação: julgar improcedente o pleito da recorrente. Deliberada a aprovação
138 pelo Conselho Pleno. Encaminhamento: enviar ofícios à recorrente e ao Cress/RS informando
139 o teor da decisão. Na sequência foi aberto ponto de pauta referente às providências e
140 encaminhamentos da Resolução CRESS 5ª Região nº 0007, de dezessete de agosto de dois
141 mil e vinte e um, que instituiu o programa de recuperação fiscal – REFIS Serviço Social dois
142 mil e vinte e um, no âmbito do Cress da Bahia. A partir de uma breve contextualização: no dia

143 vinte e oito de setembro do corrente ano as conselheiras do CFESS (Diretoria Executiva e
144 Comissão.Adm-Fin) tomaram conhecimento, por meio de post nas redes sociais, do Programa
145 de Recuperação Fiscal por meio de Resolução e de seus canais oficiais de comunicação. Em
146 caráter de urgência, foi realizada reunião para discutir o assunto e verificar as providências
147 cabíveis. Considerando a gravidade dos fatos, a partir das orientações jurídicas e contábeis,
148 tomou-se as seguintes decisões “Ad Referendum”: Notificação do Cress 5ª Região (BA), para
149 que cumpra as seguintes providências: (i) revogação imediata da Resolução Cress-BA nº 007-
150 2021 expedida por este Regional, sob pena de tomada das medidas legais e regimentais
151 cabíveis; (ii) retirada dos canais oficiais de comunicação do Cress 5ª Região/BA (Site e Redes
152 Sociais) de todas as peças gráficas, jornalísticas e de veiculação do “Programa Recuperação
153 Fiscal - Refis” dois mil e vinte um; (iii).comunicação às/aos assistentes sociais que,
154 porventura, tenham aderido ao “Programa Recuperação Fiscal - Refis 2021” sobre a
155 revogação da Resolução 007/2021 e a impossibilidade do Cress 5ª Região/BA dar andamento
156 nos termos do acordo firmado; (iv) envio de informações ao Cfess sobre o número de
157 profissionais que aderiram ao referido Programa e os valores efetivamente pagos e
158 amortizados dos débitos de cada um/a desse(s)/a(s) profissional(is); fixando o prazo de
159 primeiro de outubro de 2021 para o cumprimento das providências elencadas e deixar bem
160 explicitado, por todo o exposto, que os acordos firmados com base na Resolução Cress 5ª
161 Região nº 0007/2021 constituem ação indevida. Foi emitido ofício circular aos 27 Conselhos
162 Regional de Serviço Social, com o objetivo de elucidar aspectos importantes sobre a matéria,
163 pois que a comunicação realizada por meio virtuais extrapolou a jurisdição do Cress 5ª
164 Região/BA (Ofício Circular Cfess nº 105/2021 - de trinta de setembro de dois mil e vinte e
165 um). E expedida nota do Cfess e disponibilizada nos meios de comunicação oficiais (site e
166 redes sociais), que elucide a decisão do Cfess de indicar a suspensão imediata do Programa de
167 Recuperação Fiscal (Refis), instituído pelo Cress 5ª Região/BA que excedeu os limites de
168 suas competências (publicação/divulgação ocorrida dia trinta de setembro de dois mil e vinte
169 e um). Do tratamento desigual: O Cress-BA questionou a decisão do Cfess, uma vez que o
170 Cress-RO, da 23ª Região, teria realizado a mesma campanha de Refis em dois mil e dezenove
171 e não houve as mesmas ou outras providências deste Federal. O Cfess respondeu o Ofício
172 Cress 5ª Região nº123/202 por meio do Ofício Cfess nº 768/2021, datado de seis de outubro
173 de dois mil e vinte e um. O Cfess respondeu que: “a autonomia administrativa e financeira dos
174 Cress deve ser exercida sem prejuízo da vinculação ao Cfess, nos termos da legislação em
175 vigor”. A referida vinculação consiste, dentre outras coisas, no respeito às normas expedidas
176 pelo Conselho Federal (subordinação normativa a que se refere o § 3º do artigo 1º da
177 Resolução Cfess nº 469/2005). O pacto democrático do Conjunto Cfess-Cress o distingue de
178 outros congêneres, exatamente por considerar o regramento unificado, estando na autonomia
179 dos regionais a possibilidade de regulamentar normativas decorrentes daquelas expedidas pelo
180 Cfess quando se trata de peculiaridades locais, para detalhar procedimentos e fluxos
181 administrativos ou facilitar a compreensão de especificidades. Nesse sentido, o Cfess reafirma
182 os pressupostos da natureza tributária das anuidades e da obediência aos princípios
183 constitucionais tributários por parte dos Conselhos Profissionais. Assim, qualquer renúncia de
184 juros e multas deve decorrer de autorização normativa prévia, emanada pelo órgão
185 competente. O REFIS não é ilegal, mas não é da competência de regionais, pois, além das
186 argumentações aqui exaradas, tratam-se de receitas compartilhadas entre ambas as instâncias,
187 não sendo cabível uma decisão unilateral. Sobre as medidas tomadas pelo Cfess em relação a
188 outros regionais: foi informado que o Cress 13ª Região/PB consultou este Federal em dois mil
189 e dezoito sobre o tema e foi orientado, conforme cópia do ofício que segue anexa, para não
190 restar dúvidas sobre a coerência do entendimento exarado. Quanto à Resolução n.º 006/2019,
191 expedida pelo Cress 23ª Região/RO que também versa sobre o mesmo assunto, informamos

192 que desconhecemos a autorização para tal prática, mas, diante das questões ora elencadas,
193 solicitamos informações com a devida celeridade e, se necessário, serão encaminhadas todas
194 as providências que a situação suscitar. Portanto, não se trata de silenciar, se omitir ou dar
195 tratamento distinto aos Regionais, haja vista que, conforme mencionado acima, o Cfess tem se
196 pronunciado sobre a matéria, quanto instado pelos regionais ou quando toma conhecimento de
197 alguma situação, em tese, irregular.(Ofício Cfess nº 767/2021 encaminhado ao Cress-RO, dia
198 seis de outubro de dois mil e vinte e um). Quanto à consulta à Corte de Contas da União e ao
199 Ministério Público da União, o Cfess considera uma excelente prática que o Regional faça a
200 consulta sobre os questionamentos que avalia relevante e não possui nenhuma objeção a essa
201 iniciativa. No dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e um recebemos o ofício Ofício
202 Cress 5ª Região nº130/2021 - Assunto: Solicitação de Pauta na Reunião do Conselho Pleno
203 do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (urgente). *A Diretoria deste Regional*
204 *solicita incluir o REFIS na Pauta da Reunião do Conselho Pleno para que o colegiado*
205 *analise os argumentos deste Regional, encaminhados através dos Ofícios CRESS 5ª Região*
206 *nº123/2021 e nº127/2021 em resposta ao Ofício Cfess nº753/2021.* Destaca-se que o tema foi
207 colocado para deliberação e o Conselho Pleno do Cfess referendou a decisão da Diretoria,
208 adotada em vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um, quanto as medidas adotadas em
209 relação ao Cress da 5ª Região, acima indicadas. Em seguida, aprovou os encaminhamentos
210 propostas pela Comissão Administrativo-Financeira: Notificar o Cress-5ª Região para o
211 cumprimento do item III da Notificação que foi enviada junto com o ofício nº 753 (prazo de
212 devolutiva até o dia 10/11/21), apresentando ao Cfess a documentação comprobatória: a)
213 cópia da comunicação às profissionais quanto à impossibilidade do Cress-BA dar andamento
214 nos termos dos acordos firmados, visto que seus efeitos foram anulados, remanescendo como
215 devidos os valores de juros e multas que haviam sido isentados; b) que os valores de juros e
216 multas das profissionais que firmaram acordo no REFIS continuem sendo contabilizados
217 como débitos em aberto no sistema no Cress. Encerrado o debate quanto a situação
218 envolvendo o Cress- 5ª Região/BA, passou-se a discussão das providências referentes à
219 Resolução nº 006, de 26 de abril de 2019 que Instituiu o Programa de Recuperação Fiscal –
220 Refis Serviço Social dois mil e dezenove, no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social
221 de Rondônia. Através de uma breve contextualização a comissão informou que o Cfess
222 enviou Ofício Cfess nº 767/2021 dia seis de outubro de dois mil e vinte e um para o Cress-RO
223 sobre o disposto na Resolução 006/2019 - Instituiu o programa de recuperação fiscal , no
224 âmbito do Cress 23ª Região/RO, destinado a regularização dos débitos dos profissionais de
225 serviço social e dá outras providências. Urgência no envio das seguintes informações ao Cfess
226 (prazo para resposta 19/10/21): i) A campanha Refis/2019 foi realizada pelo Regional? Em
227 qual instância deliberativa foi aprovada? ii) Em caso afirmativo, por qual período vigorou a
228 campanha? iii) Quantos profissionais aderiram? iv) Qual o valor individual de cada débito à
229 época e qual o desconto foi concedido? v) Qual o total arrecadado pelo Regional com
230 adesões à referida campanha? vi) Qual o valor total de juros e multas, devidos por
231 profissionais que aderiram à referida campanha, que o Regional deixou de arrecadar no
232 período? vii) Houve consulta prévia ao Cfess sobre a expedição da Resolução Cress RO
233 006/2019? Até o dia de hoje, vinte e nove de outubro, não houve resposta ou contato do
234 Regional. Segundo a Manifestação Jurídica do assessor jurídico Vitor Alencar: “Embora o
235 tratamento seja o mesmo do Cress-BA (notificação informando da irregularidade e solicitando
236 informações para posteriores providências), caso se confirme a implementação do REFIS, o
237 lapso de tempo justificaria, em tese, a determinação de realização de auditoria para identificar
238 a extensão de possíveis danos. No entanto, para dar cumprimento aos dispositivos normativos
239 do Estatuto do Conjunto CFESS-CRESS, tal solicitação deve partir do Conselho Fiscal do
240 CFESS (art. 74) e ser feita por escrito, apresentando a necessidade de sua realização, face aos

241 indícios de irregularidades administrativas e/ou financeiras e/ou contábeis, constatados no
242 âmbito do Cress-RO, e depois de esgotadas as providências e diligências disponíveis no
243 âmbito interno (art. 77). Em deliberação, o Conselho Pleno referendou as providências
244 tomadas pela Administrativo-financeira. E como encaminhamento deliberou que seja reiterar
245 o ofício, com prazo até dez de novembro de dois mil e um para depois avaliar a necessidade
246 de notificação. Em seguida a coordenadora da Comissão administrativo-financeira apresentou
247 a prestação de contas do apoio financeiro aos Cress, referente ao ressarcimento de 90% das
248 despesas do Sistema Integrado de Gestão, exercício de dois mil e vinte. Relatou que o
249 ressarcimento foi realizado pelo Setor Financeiro do Cfess mediante: envio de ofício circular
250 nº 092/2021 aos Regionais, solicitando que eles encaminhassem cópia das notas fiscais e os
251 comprovantes de pagamento à empresa Implanta Informática referente ao exercício de dois
252 mil e vinte; conferência; envio do “Termo de Doação” aos regionais com os respectivos
253 valores para colher as assinaturas das/os presidentes de cada Cress; realização dos depósitos
254 bancários a partir do recebimento do Termo de Doação assinado. Apresentou os valores
255 repassados a cada regional: 1ª região/Pa: R\$ 67.798,92 reais; 2ª região/Ma R\$ 80.156,92 reais;
256 3ª região/Ce R\$ 121.655 reais,48; 4ª região/PE R\$ 94.989,78 reais; 5ª Região/Ba R\$
257 64.452,47 reais; 6ª região/MG R\$ 106.906,03 reais; 7ª região/RJ 96.116,72 reais; 8ª região/Df
258 R\$ 42.545,90 reais; 9ª região/SP 160.344,27 reais; 10ª região/Rs R\$ 105.115,80 reais; 11ª
259 região/Pr R\$ 106.013,43 reais; 12ª região/Sc R\$ 83.506,91 reais; 13ª região/Pb R\$ 32.690,79
260 reais; 14ª região/Rn R\$ 30.658,19 reais; 15ª região/Am R\$ R\$ 72.966,66 reais; 16ª região/Al
261 R\$ 40.947,39 reais; 17ª região/Es R\$ 35.431,74 reais; 18ª região/Se R\$ 31.934,84 reais; 19ª
262 região/Go R\$ 47.239,51 reais; 20ª região/Pi R\$ 36.455,75 reais; 21ª região/Ms R\$ 55.138,93
263 reais; 22ª região/Pi R\$ 36.455,75 reais; 23ª região/Ro R\$ 44.127,63 reais; 25ª região/To R\$
264 31.934,84 reais; 26ª região/Ac R\$ 28.250,75 reais; 27ª região/Rr R\$ 40.471,25 reais. E que os
265 montantes repassados totalizaram R\$ 1.718.421,48 reais. Encerrada a pauta da Comissão, foi
266 passada a palavra ao **Conselho Fiscal com Apresentação do Relatório Contábil CFESS nº**
267 **10/2021. Assunto:** Balancete do CFESS relativo ao mês de setembro de 2021. Execução
268 Orçamentária da Receita e da Despesa e Resultado Orçamentário. O orçamento inicial no
269 valor de R\$ 13.368.000,00, acrescido do valor após a reformulação no valor de R\$
270 1.474.000,00, resultou no orçamento final de R\$ 14.842.000,00. Em seguida, apresentou o
271 seguinte em relação ao resultado financeiro de setembro – 2020/2021: o Superávit Financeiro
272 apurado até o mês de setembro/2021 é de R\$ 11.498.008,42. **Deduzindo** o valor líquido
273 apurado do DIP em 2021 o Superávit Financeiro do CFESS fica em **R\$ 10.391.992,12 reais.**
274 O Cfess apresentou até o mês de setembro/2021 um Superávit Patrimonial no valor de
275 R\$ 5.972.329,41 reais. O gasto com o pessoal e encargos sociais sobre a receita arrecadada
276 até o mês de setembro/2021 é de **25,51%**, contra **27,81%** em setembro de 2020. O gasto de
277 pessoal sobre a Receita Arrecadada considerando apenas a cota-parte (até setembro de
278 2021) corresponde a **29,78%**. A Receita **Corrente Arrecadada** até mês de setembro de
279 2021, foi **superior** a Receita Corrente Arrecadada no mesmo período de 2020, no valor de
280 **R\$ 1.927.089,05** correspondente a **21,55%**, **incluindo** a receita do DIP. A Despesa **Corrente**
281 **Realizada** até o mês de setembro de 2021, foi **inferior** a Despesa Corrente Realizada no
282 mesmo período de 2020, no valor de **R\$ 52.442,74** correspondente a **1,17%**, **incluindo** a
283 despesa do DIP. A distribuição da Receita por fonte até mês de setembro de 2020/2021
284 apresenta-se da seguinte forma: a) Receita de Cota Parte corresponde a **85,67%** da Receita
285 Arrecadada; 2) O DIP corresponde a **11,56%**; c) Aplicação Financeira e outras corresponde a
286 **2,10%**. **Despesas Atividades Meio e Fim – R\$ 4.446.412,17 - até setembro de 2021.**
287 Superávit Orçamentário até setembro/2021 foi de **R\$ 6.422.319,74**. A Despesa Realizada até
288 setembro/2021 foi **inferior** até setembro/2020 em **R\$ 82.168,56 correspondente a**
289 **(1,81%)**, incluindo a Despesa de Capital. **Após a apresentação o Conselho Fiscal**

290 **apresentou seu parecer nº 021/2021** com manifestação favorável à aprovação do balancete
291 contábil CFESS, referente ao período de 01/01/2021 a 31/08/2021. O Conselho Fiscal do
292 Cfess considerando as informações contidas no Relatório Contábil CFESS nº 09/2021,
293 emitido pela assessoria contábil desta autarquia, demais relatórios e demonstrativos contábeis
294 e as informações apreciadas nos relatórios e extratos financeiros do CFESS, disponíveis por
295 meio de plataforma de sistemas da Implanta, em reunião realizada por meio de ambiente
296 virtual, manifestou-se favorável à aprovação do balancete CFESS referente ao período de
297 01/01/2021 a 31/08/2021. O Conselho Pleno deliberou pela aprovação do Conselho Fiscal
298 Cfess nº 021/2021. Em seguida o Conselho Fiscal apresentou seu **parecer 022/2021**,
299 considerando as informações contidas no Relatório Contábil CFESS nº 09/2021, emitido pela
300 assessoria contábil desta autarquia, demais relatórios e demonstrativos contábeis e as
301 informações apreciadas nos relatórios e extratos financeiros do CFESS, disponíveis por meio
302 de plataforma de sistemas implanta, em reunião realizada por meio de ambiente virtual,
303 manifestou-se favorável à aprovação do balancete CFESS referente ao período de 01/01/2021
304 a 30/09/2021. O Conselho Pleno deliberou pela aprovação do Conselho Fiscal Cfess nº
305 022/2021. Dando continuidade o Conselho Fiscal apresentou o **parecer nº 023/2021** referente
306 a apreciação dos balancetes do 1º trimestre dos Cress, referente ao exercício de dois mil e
307 vinte e um, enviados até oito de outubro do corrente ano. Após exame das peças e
308 considerando os relatórios da assessoria contábil, manifestou-se favorável à aprovação dos
309 balancetes do 1º trimestre de 2021, dos seguintes Cress: Cress 8ª região/Df, relatório contábil
310 nº 73/2021; Cress 17ª região/Es, relatório CONTABIL nº 63/2021; Cress 18ª região/Se,
311 relatório contábil nº 62/2021; Cress 26ª região/Ac, relatório Contábil nº 61/2021. Aprovado
312 pelo Conselho Pleno o Parecer do Conselho Fiscal Cfess nº 023/2021. O Conselho Fiscal
313 apresentou seu próximo **parecer nº 24/2021**, com apreciação dos balancetes do 2º trimestre
314 dos CRESS, referente ao exercício 2021, enviados até 08 de outubro de 2021. O Conselho
315 Fiscal do Cfess, após exame das peças e considerando os relatórios da assessoria contábil
316 manifestou-se favorável à aprovação dos balancetes do 2º trimestre de 2021, dos seguintes
317 Cress: Cress 2ª região/Ma, relatório Contábil nº 66/2021; Cress 16ª região/Al, relatório
318 Contábil nº 72/2021; Cress 24ª região, relatório contábil nº 69/2021; Cress 26ª região,
319 relatório contábil nº 70/2021; Cress 27ª região/Rr, relatório Contábil nº 67/2021. Aprovado
320 pelo Conselho Pleno, o parecer do conselho fiscal cress nº 24/2021. Em seguida o Conselho
321 Fiscal apresentou o **parecer nº 025/2021** que teve como objeto a apreciação da reformulação
322 orçamentária do Cress 16ª Região/AL. O Conselho Fiscal do CFESS, após exame das peças e
323 considerando o Relatório Contábil nº 71/2021 da assessoria contábil deste Conselho,
324 manifestou-se favorável à aprovação do pedido de reformulação da proposta orçamentária,
325 para exercício de 2021, do Cress 16ª região/Al. O Conselho Pleno aprovou o parecer nº
326 025/2021. Ao final, o Conselho Fiscal apresentou informes quanto aos módulos utilizados para
327 a realização do seu trabalho, quais sejam: auditoria, siscont e sisdoc. E indicou que os
328 módulos de auditoria e sisdoc têm apresentado problemas constantes durante a reunião do
329 Conselho Fiscal. Em virtude desta situação o prazo de apresentação da proposta orçamentária
330 pelos Cress foi prorrogado para o dia oito de novembro deste ano. Destacou ainda que o fluxo
331 de comunicação com os Cress ocorre por meio do sistema auditoria.net. E que avaliam
332 pertinente inserir no módulo, o cadastro dos Cress, sendo: e-mail do/a ordenador/a de despesa,
333 um/a conselheiro/a fiscal e um/a da contabilidade. Apresentou ainda necessidade de alteração
334 sobre a mensagem da notificação. A implanta foi consultada e é possível mudar a mensagem,
335 mas provavelmente gerará custos de implementação. O Conselho Fiscal estudará melhor essa
336 questão. O Conselho Pleno acatou as propostas apresentadas em relação aos módulos do
337 sistema. Encerrada a pauta do Conselho Fiscal, o Conselho Pleno convidou a **Comissão**
338 **Especial** para entrar na reunião. A Conselheira do Cress 6ª região/Mg Angelita Rangel

339 Ferreira fez a leitura do documento elaborado pela Comissão Especial designada pela Portaria
340 Cfess nº 8, de vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e um, composta pelas seguintes
341 representações: Cress 6ª região/MG, Angelita Rangel Ferreira; Cress 11ª região/PR, Denise
342 Ratmann Arruda Colin; Cress 21ª região/MS, Lucimar do Carmo Netto; Cress 22ª região/PI,
343 Diaponira Vitória da Silva Santos; Cress 27ª região/RR Karla Herreira Muniz de Moraes.
344 Após a leitura, a Comissão Especial suscitou algumas questões e recomendações que trataram
345 sobre: Campanha de Inadimplência; Despesas de Capital; Atividades das Comissões
346 Temáticas; e sobre a quantidade de Julgamento dos Processos Éticos. As conselheiras Kelly
347 Melatti, Francile Borsato, Lylia Rojas, Carla Pereira e as assessorias jurídica Sylvia Terra e
348 Contábil Vilmar Medeiros prestaram as informações necessárias sobre as recomendações com
349 vistas a sanar as dúvidas apresentadas, destacando que no que tange às recomendações
350 algumas não tratam de ações do Cfess e sim, dos Cress e das quais, algumas devem ser objeto
351 Encontro Nacional. De acordo com a Conselheira Alessandra Dias, está previsto no Estatuto
352 do Conjunto a possibilidade de o Cfess apresentar justificativa por escrito dos item e matérias
353 que não estão nítidos para a Comissão Especial. Ficou deliberado que as assessorias jurídica e
354 contábil enviarão as informações complementares para que a Comissão Especial possa
355 analisar e finalizar o Relatório. A discussão encerrou a discussão do dia. No dia trinta de
356 outubro de dois mil e vinte e um, presentes as mesmas conselheiras e o conselheiro Agnaldo
357 Knevit, exceto a conselheira Dácia C. Teles C. que justificou sua ausência. Presentes ainda
358 as tres assessoras especiais, a assessora jurídica Erika Medeiros e o assessor juridico Vitor
359 Alencar, bem como a coordenadora executiva do Cfess Sandra Sempé. O turno da manhã foi
360 dedicado à leitura e apreciação do relatório elaborado pela Comissão de Sindicância Cfess nº
361 01/2021, composta pelas assistentes sociais de base Andréia Cristina Alves Pequeno - CRESS
362 Nº 10066, Maria Elizabeth Freire Salvador - CRESS-RJ 2494, Valéria Moreira do Forte
363 Jatobá - CRESS-BA 2877 e Telma Ferraz da Silva - CRESS-BA 1002, nomeadas pela
364 Portaria nº 02/2021 (fls, 2/3) apresentou à Presidência deste Conselho Federal de Serviço
365 Social, o seu relatório final. O objeto da referida sindicância foi a apuração de supostas
366 irregularidades no âmbito do CRESS da 5ª Região, com jurisdição no Estado da Bahia. A
367 comissão atuou no estrito cumprimento das atribuições designadas pelo Cfess, por meio da
368 portaria acima referida. A integrante da Comissão de Sindicância, assistente social Maria
369 Elizabeth Freire Salvador realizou a leitura do relatório. Mediante análise dos dados
370 conhecidos pela Comissão, os quais foram coletados no decorrer da instrução processual,
371 houve indícios de fatos violadores que clamam por uma melhor e profunda apuração a ser
372 realizada por procedimentos específicos que - com a garantia do contraditório - favoreçam as
373 necessárias elucidacões e a responsabilização, se for o caso. Assim, a comissão optou por
374 analisar os dados e fatos expostos no processo a partir de quatro eixos: 1 – Respeito aos
375 princípios que regem o serviço público, em especial o princípio da legalidade. 2 – Relações
376 instituídas pelo gestor no trato aos trabalhadores 3 – O posicionamento do gestor diante da
377 crise pandêmica da COVID-19. 4 – Descumprimento das regras que emanam do CFESS.
378 Finalizada a leitura foi aberto para o debate do Conselho Pleno do Cfess, em que as
379 conselheiras Kelly Melatti, Elaine Pelaez, Ruth Bittencourt, Agnaldo Knevit, e Carla Pereira
380 fizeram algumas indagações: como o horário de atendimento ampliado do Cress, contrato com
381 o banco do Brasil, percepção da Comissão para além do relatado pelos trabalhadores do
382 Regional, as quais foram elucidadas pela assistente social Elizabeth Salvador, que fez suas
383 considerações finais e agradeceu a confiança e disponibilidade do Cfess para que
384 desenvolvessem esse trabalho. Após ter sido realizado agradecimento ao trabalho da
385 Comissão, a Conselheira Dácia C. Teles C., representando a gestão, se despede e encerra o
386 debate junto à integrante da Comissão, que deixa a reunião. Em seguida, o assessor jurídico
387 Vitor Alencar apresenta Manifestação Jurídica nº 65/2021-V que trata da apreciação sobre o

388 relatório da Sindicância Administrativa Cfess nº 01/2021. Foram apresentadas dúvidas pelas
389 conselheiras Elizabeth Borges, Ruth Bittencourt, Maria Rocha, Alessandra Dias, Elaine
390 Pelaez, as quais foram elucidadas pelo assessor jurídico. Após os debates, foi constatada a
391 necessidade de acréscimo de informações sobre as autorias e enquadramento dos fatos no
392 Relatório de Sindicância, sendo deliberados e aprovados pelo Conselho Pleno os seguintes
393 encaminhamentos: (i) solicitar complementação no Relatório de Sindicância, apontando
394 indícios de autoria; (ii) contatar as integrantes da Comissão de Sindicância antes da data da
395 próxima reunião de Conselho Pleno, que se iniciará no dia dezoito de novembro de dois mil e
396 vinte e um. No período da tarde participaram também da reunião do Conselho Pleno a
397 assessora jurídica Sylvia Terra; os assessores de comunicação Rafael Werkema e Diogo
398 Adjuto. A reunião teve início com apresentação da pauta da Comissão de Orientação e
399 Fiscalização (Cofi). O primeiro ponto foi o informe sobre a reunião realizada com a assistente
400 social Rosa Prêdes sobre as questões referentes ao trabalho remoto. Frente aos debates
401 realizados, a Cofi propôs como encaminhamentos: que o tema seja abordado a partir de dois
402 eixos: (i) concepção e (ii) desdobramentos para inscrição; sistematizar informações trazidas
403 pelos Cress; articular debate com o Grupo de trabalho (GT) Inscrição; apresentar o resultado
404 do debate na reunião da Cofi de dezembro de dois mil e vinte e um. A reunião tem como
405 objetivos: traçar possíveis produtos, apontar linha de condução de assessoria que envolva
406 esses temas, indicação de nomes para assessoria. E retomar o conteúdo para inserir nas ações
407 para dois mil e vinte e dois. Em seguida, foi abordada a pauta referente ao Instituto Nacional
408 de Seguro Social (Inss). A pauta foi aberta com informe sobre a reunião ampliada Cfess/
409 Conasf e profissionais da base do Inss. Apresentada propostas de encaminhamento e realizado
410 debate no plenário. Após os debates foram deliberados os seguintes encaminhamentos:
411 produzir documento para Tribunal de Contas da União (Tcu) e Ministério Público Federal
412 (Mpf); realizar atividade para assistentes sociais do Inss, emitir ofício aos Cress solicitando
413 informações sobre a ação realizada com profissionais do Inss, realizar nova reunião com os
414 CRESS para tratar do tema da tele avaliação. Na sequência, foi apresentado informe sobre o
415 E-book referente aos pareceres jurídicos de interesse público no âmbito da Cofi. O E-book
416 estava sendo organizado na gestão do triênio anterior e possui relevância para a categoria e os
417 Cress. Os pareceres foram divididos em três blocos de eixos temáticos: pareceres que dizem
418 respeito à fiscalização, eixo sobre trabalho profissional e outro bloco de pareceres que
419 dialogam com aspectos da formação profissional. A assessora jurídica Sylvia Terra justificou
420 o atraso na elaboração da apresentação do E-book, ela foi indicada para a tarefa porque a
421 maioria dos pareceres é de sua lavra. Encaminhamento: Socializar o material por email para
422 todas as conselheiras e o conselheiro Agnaldo; a assessora Silvia fará suas considerações
423 sobre os pareceres e apresentará para deliberação no próximo conselho pleno. Finalizados os
424 pontos da Cofi, foi passada a palavra para a coordenadora da Comissão de Seguridade Social.
425 Inicialmente, foram apresentados informes sobre a participação do Cfess na Conferência
426 Nacional de Assistência Social de dois mil e vinte e um que ocorrerá entre os dias sete a dez
427 de dezembro: apresentando panorama sobre as ações já realizadas como publicação de
428 material de mobilização e indicação da representação da conselheira pelo Forum Nacional de
429 Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (Fntsuas) Kelly Mellati e a
430 observadora assistente social Martha Aragão. Em seguida, dados informes sobre a participação
431 do Cfess na organização da Conferência Nacional de Saúde Mental de dois mil e vinte e dois,
432 que está prevista para ocorrer entre o dia dezessete a vinte e dois de maio. A assistente social
433 Regia Prado está compondo a subcomissão de organização da Conferência como
434 representante do Cfess na Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de
435 Saúde – CNS. Deliberado pela elaboração de uma matéria de divulgação e mobilização para a
436 Conferência. Posteriormente, foi realizado os informes sobre as eleições do Conselho

437 Nacional de Saúde dois mil e vinte e um: processo eleitoral; calendário, articulações políticas
438 a partir da condição do Cfess como entidade eleitora e candidata. A conselheira Elaine Pelaez
439 é eleitora titular e a assistente social Regia Prado e a assessora Zenite são eleitoras suplentes.
440 A conselheira Ruth Bitencourt está compondo a comissão eleitoral. A eleição será realizada
441 pelo sistema remoto, dia onze de dezembro e plenária do FENTAS- Fórum Nacional de
442 Trabalhadores da Saúde, dia oito de dezembro de dois mil e vinte e um. Deliberado aa
443 participação do Cfess de forma presencial na plenária do Conselho Nacional de Saúde, entre
444 os dias quinze a dezessete de dezembro, sendo a reunião ordinária no dia quinze, posse dia
445 dezesseis e eleição da presidência e mesa diretora no dia dezessete de dezembro de dois mil e
446 vinte e um. Aprovado na reunião de Conselho Pleno que o Cfess volte a estar presente
447 presencialmente nos espaços de representação coletiva que se façam necessárias, respeitando
448 as questões sanitárias de cada momento e a disponibilidade das representações. E debater a
449 representação do Cfess no CNS no pleno de novembro de dois mil e vinte e um. O próximo
450 ponto de pauta apresentado tratou dos espaços organizativos de defesa das políticas públicas e
451 reforma urbana. O primeiro espaço organizativo a ser debatido foi a Frente Nacional contra
452 Privatização da Saúde- Representação do Cfess na Frente Nacional Contra a Privatização da
453 Saúde - Fncps considerando que há muitas atividades previstas e necessidade de ampliar o
454 leque de representações. Deliberado pela indicação inicial de Régia Prado, Ruth Bitencourt e
455 Elaine Pelaez, com indicação por ofício. No Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
456 Adolescente – Conanda, deliberado a manutenção da atual representação com a assistente
457 social Magali Franz e que o conselheiro Agnaldo Knevitz para acompanhar e apoiar a
458 representação da base. Realizado informe, ainda, de que a gestão do Cfess decidiu, por e-mail,
459 pela participação das representantes Mauricleia Soares (conselheira do Cfess) e Tania Diniz
460 no Encontro Nacional da Coordenação do Forum Nacional de Reforma Urbana, que ocorrerá
461 em Recife/PE entre os dias dois e quatro de dezembro de dois mil e vinte e um. Foram feitos
462 os encaminhamentos para providências de passagens e diárias do centro de custo da comissão
463 de seguridade social . O debate sobre a pauta da reforma urbana ficará para a próximo pleno.
464 Dando continuidade, apresentadas informações sobre a organização do Seminário de
465 Seguridade Social de dois mil e vinte e dois, em conjunto com o Cress Ceará. O Seminário
466 terá como diretriz o debate sobre a resistência e enfrentamento em defesa da seguridade social
467 na crise do capital, a crise sanitária e o reconhecimento de assistentes sociais como classe
468 trabalhadora em luta. Indicadas para a comissão organizadora: Ruth Bitencourt; Alessandra
469 Dias e Elaine Pelaez. A formação da comissão será deliberada no Conselho Pleno de
470 novembro. Encaminhamento deliberado: enviar ofício ao Cress, solicitando nomes para
471 comissão organizadora. Propor reunião ao Cress pra final de dezembro de dois mil e vinte e
472 um ou janeiro de dois mil e vinte e dois. E elaboração da Minuta do Projeto do Seminário
473 com o plano operativo. O próximo ponto foi o debate sobre a extinção do Programa Bolsa
474 Família. Deliberado que a conselheira Elaine Pelaez, Priscila Cordeiro e Agnaldo Knevitz irão
475 dialogar com o assessor de comunicação Rafael Werkena para produção de material sobre o
476 tema. Por fim, foi realizada apresentação referente ao Observatório Participativo de
477 Acompanhamento e mobilização em torno da Regulamentação do Fundo de Manutenção e
478 Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
479 (Fundeb). Apontado que existem três projetos de lei tramitando no Congresso nacional que
480 retiram assistentes sociais e psicólogos do Fundeb, em especial o PL 3418/21. Realizado
481 repasse sobre a intensa agenda de articulações realizadas: dia vinte e seis de novembro
482 reunião com representações de Cress, CRPs, Abepss, Abep, Fenapsi, contando com cento e
483 cinco participantes; dia vinte e nove de outubro realizada reunião da coordenação nacional,
484 Cress e Conselho Regional de Psicologia do Mato Grosso com a deputada Rosa Neide.
485 Apresentada ainda a agenda das próximas reuniões: dia tres de novembro junto a bancada da

486 Educação e Cultura do Partido dos Trabalhadores; dia tres de novembro junto a deputada
487 Dorinha e deputados da comissão de educação, consultores jurídicos e legislativo, entidades
488 da educação. Apresentado ainda as estratégias que vêm sendo desenvolvidas pelo
489 Observatório e proposta organização de reunião com Cress e regionais da Associação
490 Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) dia vinte e seis de novembro de
491 dois mil e vinte e um que foi aprovado pelo Conselho Pleno. Deliberado ainda realização de
492 reunião com a Comissão de Comunicação dia nove de novembro para encaminhamento das
493 estratégias de comunicação e mobilização. E organizar o debate no âmbito da pauta
494 intercomissões. Encerrada a pauta da Comissão de Segurança, foi passada a palavra para a
495 coordenadora da **Comissão de Ética e Direitos Humanos**. Inicialmente, foi repassado os
496 informes da organização do Seminário Nacional Serviço Social em Defesa das Infâncias,
497 Adolescências e Juventudes: inscrições; dificuldades com a empresa responsável;
498 palestrantes; atividades culturais confirmadas e inscrições do Cfess e dos Cress; movimentos
499 sociais convidados; certificados; mestre de cerimônias; questões de comunicação sobre o
500 evento com a categoria; transmissão e disponibilização dos debates por Youtube.
501 Posteriormente, foi dado informe sobre a eleição e posse do Comitê de Combate e Prevenção
502 à Tortura; que a Ordem dos Advogados do Brasil (Oab) entrou com mandado de segurança,
503 reivindicando a sua recondução. As eleições estão suspensas, desde que sejam analisadas
504 todas as questões apresentadas pela OAB. A sociedade civil está dialogando com a OAB, pois
505 isto gerou impasse em relação à posse da sociedade civil, em especial, nesta conjuntura. Está
506 sendo avaliada a possibilidade de que as entidades eleitas entrem com uma ação coletiva junto
507 ao Ministério Público da União, reivindicando a posse e envio de documento informativo para
508 a Organizações das Nações Unidas (Onu). Neste momento a representação governamental que
509 tem definido as datas e pautas das reuniões. Apontada a necessidade de acumular em relação
510 ao tema, para que as representantes do Cfess tenham mais segurança e autonomia na tomada
511 de decisão sobre quais documentos assinar conjuntamente com movimentos e organizações.
512 Deliberado para que este tema retorne ao Pleno próximo. Em seguida, foi abordada a pauta da
513 alienação parental. Considerando a dinâmica de atividades e intensa agenda de ações, não foi
514 possível acumular sobre esse tema ainda em dois mil e vinte um. O ponto posterior tratou da
515 apresentação da **Resolução Cfess N° 982**, de catorze de outubro de dois mil e vinte e um.
516 Ementa: altera disposições da RESOLUÇÃO Cfess n° 968/2021 e determina a prorrogação do
517 início de sua vigência, bem como a manutenção da suspensão dos prazos processuais, para
518 prazo indeterminado. A resolução foi publicada e enviada aos Cress. O pleno referendou a
519 decisão da diretoria do Cfess quanto ao acatamento dos termos da resolução n° 982/2021,
520 publicada no Diário Oficial da União n° 196, de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um,
521 Seção 1, Página 156. Assim, foram encerrados os trabalhos do dia. No dia trinta e um de
522 outubro de dois mil e um foram tratados os temas da **diretoria executiva**, presentes as memas
523 conselheiras e o conselheiro Agnaldo Knevez, exceto Dacia C. Teles C. que justificou sua
524 ausência. Foi aberto com a **aprovação ad referendum do reordenamento** da gestão, com
525 referendo do Conselho Pleno da decisão da presidente quanto as Resoluções 976/2021;
526 978/2021; 981/2021 que dispõe da incorporação das conselheiras Dilma Franclin, Daniela
527 Möller e conselheiro Agnaldo Knevez a seus cargos originais pelo termino das licenças. O
528 Conselho Pleno aprovou ainda resolução n° 983/2021 a ser publicada com reordenamento da
529 gestão incorporando a conselheira Priscila Cordeiro. Em seguida, a diretoria apresentou
530 informações quanto ao acompanhamento da Empresa Ágil Tecnologia e consultoria, que
531 realizou entrevistas com todos/as trabalhadores/ras do Cfess e presencialmente analisou a
532 infraestrutura relacionada a TI e de sistemas e que será realizada uma reunião com
533 representantes da Diretoria para proposição de um plano de contratação que será apresentado
534 por meio de um Relatório de Gestão da Tecnologia de Informação. As Conselheiras Dácia C.

535 Teles C. e Carla Pereira, os trabalhadores Rodrigo Nogueira, Lucas Figueiredo e Wilson Silva
536 são referências para esse acompanhamento. Foi apresentado relatório da primeira etapa do
537 trabalho do contato com trabalhadores. Relatório anexo. Na semana seguinte ao pleno será
538 realizada reunião com as conselheiras. Deliberado pela participação das seguintes
539 conselheiras na reunião: Elizabeth Borges; Carla Pereira, Dácia C. Teles C., Lylia Rojas, Ruth
540 Bitencourt, Franciele Borsato, Kelly Melatti e os trabalhadores supracitados. Dando
541 continuidade, foi apresentado ponto referente a integração de projetos institucionais.
542 Informado que o Projeto de implantação da LGPD está em andamento e gestão documental
543 em processo; o projeto do redesenho institucional está fechando a licitação, para dar início ao
544 diagnóstico da estrutura administrativa do Cfess. E que é necessário, ainda, buscar integrar os
545 três projetos. Realizada conversa com CPT e dados da primeira parte do debate e diagnóstico
546 com trabalhadores foi inserido no termo de referência; avaliada a importância de ter
547 trabalhadores de referência no acompanhamento desse processo. Encerrado este ponto,
548 passou-se ao informe do pedido realizado pelo Cress 11ª Região- PR de capacitação sobre o
549 tema da sindicância. E que foi respondido ao referido Cress a expectativa de criar normativa
550 de procedimentos internos. Os assessores jurídicos Sylvania Terra, Érika Lula Medeiros e Vitor
551 Alencar se disponibilizaram para apresentar uma proposta de procedimentos de sindicância e
552 de auditoria, o que foi acatado pelo Conselho Pleno como encaminhamento a ser realizado.
553 Posteriormente foi passada a palavra para o Grupo de Trabalho referente ao retorno do
554 trabalho presencial, formado pelas conselheiras Mauricleia Soares, Lylia Rojas, Kelly Melatti,
555 Alessandra Dias e Kenia Figueiredo. O Grupo de trabalho propôs duas linhas de trabalho:
556 medidas para retorno ao Cfess (estrutura e organização das atividades das comissões e pleno,
557 em consonância com as medidas sanitárias) e orientações gerais referentes ao retorno
558 presencial nos Cress, considerando a diversidade regional, autonomia das gestões, o papel
559 precípua da entidade e legislação vigente. Deliberado que as comissões avaliem o que
560 consideram necessário para o deslocamento até Brasília. Realizado informe, ainda, referente à
561 situação no Cress 10ª região/RS sobre a única Agente Fiscal que não se vaciou. A
562 conselheira Lylia Rojas fez contato com a gestão do regional para dialogar sobre a situação
563 representando o Cfess. Na sequência, foi passada a palavra ao Grupo de Trabalho sobre o
564 Plano de Metas 2022 composto pelas Conselheiras Elizabeth Borges, Alessandra Dias e Carla
565 Pereira, as assessoras Zenite Bogéa e Adriane Tomazelli, que apresentou as orientações para
566 elaboração deste instrumento de planejamento e o cronograma para sua realização. Deliberado
567 pela aprovação das orientações realizadas, que serão encaminhadas para todas as conselheiras
568 e conselheiro por email. Aprovado o cronograma proposto: em três de novembro o Gt envia
569 para as comissões orientações para elaboração do plano de metas; em vinte e seis de
570 novembro as comissões retornam preenchidos os conteúdos das comissões e grupos de
571 trabalho; entre os dias vinte e nove de novembro e nove de dezembro o Gt consolida o plano
572 de metas; no dia dez de dezembro o Gt socializa o documento com todas as comissões; dia
573 dezesseis a dezenove teremos a aprovação do plano de metas e da proposta orçamentária pelo
574 Conselho Pleno; em vinte de dezembro o Gt encaminha o documento para diagramação e em
575 sete de janeiro de dois mil e vinte e dois é realizada a publicação e divulgação no site do
576 Cfess. Encerrados os debates referentes a este ponto, foram apresentados os convites
577 realizados até o momento ao Cfess: o Programa de Estudos Pós- Graduados em Serviço
578 Social da Pontifca Universidade Católica de São Paulo completa 50 anos e convida para o
579 lançamento de E-book, resultante da “produção de Cadernos Cinquentenários, que registram
580 as pegadas de sujeitos e os produtos obtidos nesse caminho”; no dia quatro de novembro no
581 link: YouTube TVPUCSP.O PPGSS partilha os cadernos em formato de E-book, para
582 download. Os links estão informados no e-mail enviado a toda a gestão. O pleno delibera por
583 responder, parabenizando pelo lançamento, desejando êxito e, ainda, registrar condolências

584 pelo falecimento da prof. Dirce Koga. A Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal
585 de Alagoas e o Programa de Pós Graduação em Serviço Social convida o Cfess para compor a
586 mesa intitulada "Os desafios para a formação e exercício profissional em Serviço Social em
587 tempos de Pandemia" no Seminário "Educação, Universidade e Serviço Social em tempos de
588 pandemia", no dia vinte e tres de novembro. O Pleno delibera por parabenizar pelo evento,
589 desejar sucesso, mas informar incompatibilidade de agenda e sinalizar que o Cress Alagoas
590 representará o conjunto Cfess-Cress. A Associação Nacional de Gerontologia do Estado de
591 Alagoas convida o Cfess a participar do debate Público: Regulamentação da Profissão de
592 Gerontólogo, que será realizado pela Associação Nacional de Gerontologia/ANG AL e ANG
593 BA, dia tres de novembro de dois mil e vinte e um, pela plataforma Stream Yard e será
594 transmitido pela Canal da ANG AL no YouTube. O Pleno delibera por envio de ofício,
595 desejando sucesso e informação referente à impossibilidade de participação. O Deputado
596 Federal Jorge Solla convida o Cfess para compor a mesa de palestrantes do seminário
597 regional, em Salvador, com o tema “A PEC 383-A/2017 e a constitucionalização de recursos
598 públicos permanentes para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”, no dia cinco de
599 novembro na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). Deliberado por encaminhamento de
600 ofício informando impossibilidade de participação, reafirmar que estamos na luta,
601 acompanharemos os desdobramentos. Realizado informe referente à Carta Pública de
602 divulgação das professoras Yolanda Guerra e Valeria Forti em relação à Editora Lumén, cujo
603 conselho editorial foi destituído em dois mil e dezoito e não conta mais com nenhum
604 profissional do Serviço Social. Na época o Cfess foi acionado e as referidas prof^{as}
605 ingressaram com processo judicial pedindo algum tipo de reparação. Pedem ao Cfess
606 divulgação sobre a polêmica com a editora Lúmen para a categoria. O Pleno delibera por
607 encaminhar resposta reafirmando defesas ético políticas e informar que está dando
608 publicidade ao conjunto Cfess-Cress. Encerrado este ponto, foram abertos os informes acerca
609 da organização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. A comissão é composta pelas
610 seguintes conselheiras Ruth Bitencourt, Elizabeth Borges, Carla Pereira e Lylia Rojas
611 (suplente) pela representação do Cfess, sendo que ao total dezessete pessoas compõem a
612 comissão, considerando as representações do Cress, Cfess, Abepss e Enesso. O evento será
613 virtual e ocorrerá em outubro de dois mil e vinte e dois. Sendo que os Cress desenvolverão
614 atividades presenciais. O tema do evento acumulado até o momento deverá abordar a crise
615 internacional do capital, o período de pandemia e pós pandemia, situando o Brasil na América
616 Latina. Situar a profissão nesse contexto. Os impactos na profissão em 3 dimensões:
617 formação; trabalho; organização. A comissão formou três subgrupos e realizam uma reunião
618 geral uma vez por mês. O 1º sub grupo composto por Elizabeth Borges, Lylia Rojas, Rodrigo
619 Teixeira, Gustavo Repeti - com tarefas administrativas, relação com a ALVO eventos,
620 encaminhamento de contratação de assessor jurídico. Os contratos serão assinados pela
621 Abepss. O 2º Sub grupo composto por Ruth Bitencourt, Gustavo Repeti, Rafaela Fernandes
622 (Abepss), Janaina Bossi (Enesso) , Larissa Souza e Paulo pelos Cress – responsável por
623 indicar a concepção geral do evento, estrutura geral do evento, temário, formato do congresso
624 direção política. Já apontou que a mesa de abertura deve trazer análise de conjuntura, situando
625 Brasil e América Latina, com indicativos de ações para a resistência e horizontes de lutas. O
626 tema geral deverá conduzir o traçado das plenárias simultâneas. A programação foi desenhada
627 para uma grande plenária no primeiro dia, trabalhos e plenárias simultâneas no segundo dia,
628 terceiro dia com palestra final. O 3º. Sub grupo foi composto por Carla Pereira, Thiago
629 Agenor, Cristiane Souza, Ivanete Rodrigues, Rosangela Ferreira, Paula Sireli – para propor a
630 estrutura de apresentação de trabalhos por temas, formas de apresentação,
631 avaliadores/pareceristas - pensar outras experiências, melhor formato, pensar mesas
632 simultâneas ou mini cursos. Feito levantamento em relação a possibilidade de temas títulos,

633 montagem das mesas simultâneas. Foi realizado debate no Pleno para contribuir com a
634 condução das representações do Cfess na comissão organizadora do Cbas e suas sub-
635 comissões. Encerrados os debates, a Conselheira Dilma Franclin pediu a palavra e solicitou
636 sua retirada da Comissão de Ética e Direitos Humanos. Avaliou que, mediante suas condições
637 objetivas de trabalho em dois empregos e da sua saúde precisa priorizar uma única comissão
638 dentro da estrutura do Cfess. Questiona o Conselho Pleno se poderia permanecer apenas na
639 Comissão Administrativo Financeira. O Conselho Pleno reafirmou que a conselheira é muito
640 importante em ambas as comissões e quando tiver condições aguarda seu retorno, mas acatou
641 a solicitação, considerando os limites apontados. Ao término da reunião do Conselho Pleno, a
642 conselheira presidente Elizabeth Borges fez as considerações finais e, não havendo mais o que
643 tratar, deu a mesma por encerrada.

Brasília, 31 de outubro de 2021.

Maria Elizabeth Santana Borges
Presidente

Daniela Möller
2ª Secretária